

Acessibilidade Turística para Pessoas com Deficiência Auditiva: Percepções no Ensino Profissional e Tecnológico

Tourist Accessibility for People with Hearing Impairments: Perceptions in Professional and Technological Education

Recebido: 17/09/2023 | **Revisado:**
01/07/2025 | **Aceito:** 27/08/2025 |
Publicado: 20/06/2026

José Gabriel Ribeiro Figueiredo ORCID:
<https://orcid.org/0009-0009-8058-3106>
Instituto Federal de Roraima –Campus Boa
Vista
E-mail: jose.figueiredo@ifrr.edu.br

Marcos Andre Fernandes Sposito
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6528-740X>
Instituto Federal de Roraima –Campus Boa
Vista
E-mail: sposito@ifrr.edu.br

Leila Márcia Ghedin
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9198-1152>
Instituto Federal de Roraima –Campus Boa
Vista
E-mail: leilaghedin@ifrr.edu.br

Como citar: FIGUEIREDO, J. G. R.;
SPOSITO, M. A. F.; GHEDIN, L. M.
Acessibilidade Turística para Pessoas com
Deficiência Auditiva: Percepções no Ensino
Profissional e Tecnológico. **Revista
Brasileira da Educação Profissional e
Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 26, p.01-33
e16127, jun. 2026. ISSN 2447-1801.
Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative
Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

A prática da atividade turística engloba diversos indivíduos, inclusive aqueles com necessidades específicas, como pessoas surdas, usuários da Libras. Este estudo busca entender a inclusão dessas pessoas no turismo e a formação de profissionais. Investigamos a visão de profissionais do turismo, surdos, professores e estudantes de um curso de turismo em uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados revelam a escassez de recursos didáticos em Libras no turismo e a demanda por profissionais capacitados, não se restringindo apenas em Roraima. Conclui-se que capacitar, disponibilizar materiais em Libras e promover conscientização são essenciais para uma experiência turística inclusiva.

Palavras-chave: Surdos; Libras; Turismo; Educação Profissional.

Abstract

The practice of tourist activity encompasses diverse individuals, including those with specific needs, such as deaf people who use Brazilian Sign Language (Libras). This study seeks to understand the inclusion of these people in tourism and the training of professionals. We investigated the views of tourism professionals, deaf people, teachers, and students from a tourism course at a Professional and Technological Education institution. The results reveal the scarcity of educational resources in Libras in tourism and the demand for trained professionals, not restricted to Roraima only. It is concluded that training, providing materials in Libras, and promoting awareness are essential for an inclusive tourism experience.

Keywords: Deaf; Pounds; Tourism; Professional education.

Resumen

La práctica turística involucra a diversas personas, incluyendo aquellas con necesidades específicas, como las personas sordas que utilizan Libras. Este estudio busca comprender la inclusión de estas personas en el turismo y la formación de profesionales. Investigamos las opiniones de profesionales del turismo, personas sordas, docentes y estudiantes de un curso de turismo en una institución de Educación Profesional y Tecnológica. Los resultados revelan la escasez de recursos didácticos en Libras para el turismo y la demanda de profesionales capacitados, que no se limita a Roraima. Se concluye que la capacitación, la disponibilidad de materiales en Libras y la promoción de la concienciación son esenciales para una experiencia turística inclusiva.

Palabras clave: Sordos; Libras; Turismo; Formación Profesional.

1 INTRODUÇÃO

O turismo envolve diversas pessoas, sejam as que realizam o atendimento ou as que irão usufruir das atividades turísticas. Em relação à essa diversidade se faz necessário estar preparado para o atendimento acessível, incluindo as pessoas com surdez.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) simboliza um marco de avanço para a acessibilidade em todos os setores da sociedade, seja público ou privado, incluindo o turismo. Também retratada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Além disso, é fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo pessoas com deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos. (SASSAKI, 1997, p. 18). A legislação vigente estabelece o direito à acessibilidade em seus diversos aspectos, garantindo condições equitativas de participação social.

Para o atendimento das pessoas com surdez e deficiências auditivas, a acessibilidade prevista na Lei nº 10.436/2002 é a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esta lei estipula que o poder público, incluindo as empresas concessionárias de serviços públicos, garantam formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras, como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O Brasil possui um número significativo de pessoas com surdez, representando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, 9.717.318 pessoas com alguma deficiência auditiva, sendo que, deste

total, 19.095 pessoas residiam no Estado de Roraima e 11.881, na sua capital Boa Vista (IBGE, 2012).

Por possuírem alguma dificuldade na audição, seja parcial ou total, muitas pessoas com surdez se comunicam por meio da Libras. Essa língua é reconhecida como meio de comunicação oficial da comunidade surda, que engloba surdos e ouvintes que se comunicam por meio dela. A Libras é uma língua com gramática própria, que possui seus parâmetros, de natureza visual-motora.

É importante que todos sejam tratados com respeito e sem distinção às suas limitações ao utilizar qualquer tipo de serviço, público ou privado. Em especial, no setor turístico, é de vital importância que os prestadores de serviços atendam às necessidades específicas das pessoas com deficiências auditivas ou surdez, principalmente, se comunicando por meio da Libras.

Neste sentido, as instituições, principalmente as de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), precisam possibilitar a formação de profissionais que permitam o atendimento acessível do público surdo nas atividades turísticas. Nesse contexto, o ensino de Libras em cursos da área do turismo é de fundamental importância para a acessibilidade de pessoas surdas, para que a atuação profissional seja inclusiva.

Desta forma, este trabalho teve como objetivo mapear dados a respeito da acessibilidade de surdos nos serviços turísticos, nos âmbitos acadêmico e profissional, bem como, a percepção do público surdo em relação ao turismo, para identificar as principais dificuldades na acessibilidade desse público no acesso aos serviços turísticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DAS LÍNGUAS DE SINAIS

Ao observar-se a história verifica-se que indivíduos surdos eram tratados de forma sub-humana, a eles sendo atribuídas maldições, castigos divinos e até incapacidade de aprender. Segundo Strobel:

O filósofo Aristóteles, que viveu no período de 384 a 322 a.C. acreditava que, como os surdos não falavam, conseqüentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento. Ele dizia que de todas as sensações, a audição é a que contribui mais para a inteligência e o conhecimento, portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão. Desta forma, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (STROBEL, 2009, p.18).

Esse pensamento era bastante aceito na sociedade, até o fim da idade média. Acreditava-se que os surdos eram sujeitos estranhos e objetos de curiosidade da

sociedade, sendo proibidos de receberem a comunhão na igreja católica, porque eram incapazes de confessar seus pecados (STROBEL, 2009).

A educação de surdos teve seu início na Europa, no Século XVI. O monge espanhol Pedro Ponce de León é considerado o primeiro professor de surdos da história, tendo estabelecido uma escola para surdos no Mosteiro de San Salvador, em Ona Burgos (DUARTE, 2009, p. 21). Ele defendia a oralização, acreditando no potencial de aprendizagem dos surdos, ao contrário da maioria dos europeus do Século XVI, que acreditavam que os surdos eram incapazes de serem educados (VIEIRA, 2018).

Já no século XVII, em 1620, o padre espanhol Juan Pablo Bonet, também considerado pioneiro na educação de surdos, publicou a obra “Redução das Letras e Arte de Ensinar a Falar os Mudos”, o primeiro livro sobre a educação de surdos, que se tornou referência mundial no assunto. Seu foco se dividia entre a oralidade, os sinais e o alfabeto manual (VIEIRA, 2018, p. 2).

Em 1760, Charles-Michel de L’Épée, um dos inventores dos sinais metódicos, considerado na época o “Pai dos surdos”, fundou o Colégio Nacional para Surdos-Mudos, primeiro instituto de educação de surdos do mundo, tirando a oralização do foco e criando uma língua para os surdos (STROBEL, 2009; VIEIRA, 2018).

L’Épée teve importante contribuição para a educação dos surdos, difundindo os primeiros estudos sobre língua de sinais. Ele defendia a língua de sinais como linguagem natural dos surdos, afirmando que, por meio de gestos, os surdos poderiam desenvolver a comunicação e o desenvolvimento cognitivo (DE ALMEIDA; ALMEIDA, 2012, p. 315).

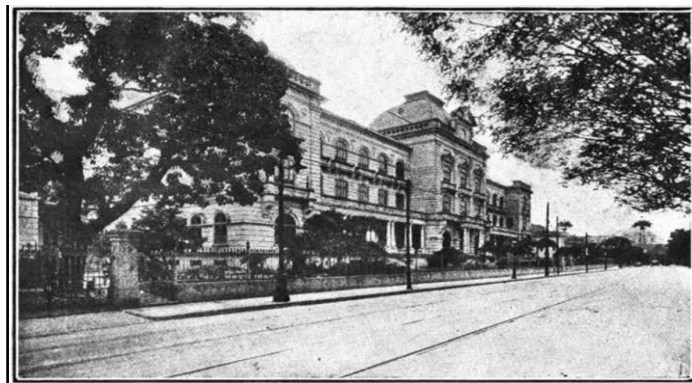
Já em 1815, no Século XIX, a língua de sinais teve seus primeiros registros nos Estados Unidos, com o professor Thomas Hopkins Gallaudet, que utilizou os métodos desenvolvidos na Europa para o ensino de surdos (SACKS, 1990). Dois anos depois, em 1817, Gallaudet e Laurent Clerc criaram a primeira escola para surdos dos Estados Unidos, na cidade de Hartford. A fundação dessa instituição deu início a um novo período para a comunidade surda norte-americana (DUARTE, 2009, p. 78).

O sistema francês de sinais importado por Clerc amalgamou-se logo com as línguas de sinais nativas - os surdos criam línguas de sinais onde quer que houvesse comunidades de surdos; para eles, esse é o modo de comunicação mais fácil e natural, formando um híbrido singularmente expressivo e eloquente, a Língua Americana de Sinais ou ASL - American Sign Language (SACKS, 1990, p. 19).

No Brasil, o ensino da língua de sinais originou-se através da iniciativa de D. Pedro II, de trazer o professor Ernest Huet da França, fundando em 1857, no Rio de Janeiro, a primeira escola de surdos no Brasil, que foi chamada inicialmente de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (IISM). Atualmente ela é chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A convite de Dom Pedro II, Ernest Huet veio para o Brasil, objetivando ensinar e aplicar a metodologia para a educação de surdos que era adotada na Europa, sobretudo na França (ACADEMIA DE LIBRAS, 2022).

A Figura 1 apresenta a fachada, em 1857, da primeira escola de surdos do Brasil, quando foi criada.

Figura 1: Primeira escola para surdos do Brasil, em 1857



Fonte: Academia de Libras (2022).

Ernest Huet, nascido em 1822, Paris, educado em diversos idiomas, perdeu a audição aos 12 anos devido ao sarampo. Tornou-se professor no Instituto Nacional de Surdos de Paris e, posteriormente, diretor do Instituto de Surdos de Bourges. Seu compromisso com a educação de surdos lhe trouxe renome internacional. O interesse do imperador D. Pedro II na educação dos surdos, devido à surdez parcial de seu genro, resultou na origem da linguagem oral no Brasil através de Portugal e da linguagem de sinais da França (STROBEL, 2008, p.89).

A língua brasileira de sinais, em que o canal perceptual é diferente por ser uma língua de modalidade gestual visual, não teve sua origem na língua portuguesa, que é constituída pela oralidade, portanto, considerada oral-auditiva, mas em outra língua de modalidade gestual visual, a Língua de Sinais Francesa. Apesar da língua portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da língua brasileira de sinais, esta influência se deu apenas por meio de adaptações, por serem línguas em contato (ALBRES, 2005, p. 1 *apud* DE ALAMEIDA; ALMEIDA, 2012, p.315).

Segundo Quadros (2004, p.06), ao expressar um pensamento em língua de sinais, o interlocutor utiliza uma dimensão visual que não é captada por uma língua oral-auditiva, e, da mesma forma, o oposto é verdadeiro. O uso da língua de sinais excede o ato de comunicar, e ganha viés cultural e promove a identidade surda.

No entanto, no ano de 1880, o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, conhecido como Congresso de Milão, voltou-se para a escolha de um método de ensino que pudesse ser utilizado com os surdos. O congresso foi organizado e conduzido por vários especialistas ouvintes na área da surdez, todos defensores de

que o oralismo puro deveria ser preferido em relação ao método de ensino por sinais (GAMA, 2011).

Ressalta-se que "oralismo" é o nome dado para abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição, que rejeita de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais. Assim, o oralismo é tanto uma ideologia quanto um método" (DUARTE, 2009, p. 22).

Na ocasião da votação para a escolha de um método de ensino aos surdos, no Congresso Internacional de Surdo-Mudez, todos os professores surdos presentes no congresso foram impedidos de votar. Dos 164 votantes todos eram ouvintes e apenas cinco votaram contra o oralismo puro (STROBEL, 2009).

Com essa decisão a favor do oralismo, os surdos ficaram proibidos de utilizarem a língua de sinais, sendo forçados a tentar falar. Apesar do pouco avanço no desenvolvimento educacional dos surdos e das críticas de muitos pesquisadores, o oralismo foi bastante utilizado até a década de 1960, quando surgiram as primeiras publicações de estudos sobre a utilização de língua de sinais.

Com a publicação do livro *Sign Language Structure*, em 1960, de William Stokoe, a língua de sinais americana, também conhecida como *American Sign Language - ASL*, passou a ser reconhecida com uma estrutura própria, satisfazendo todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico e na sintaxe e também na capacidade de gerar um número infinito de proposições (SACKS, 1990).

Tal livro promoveu mudanças importantes na forma de educação de crianças surdas ao redor do mundo, levando a reflexões sobre a linguagem humana e a uma nova visão sobre as pesquisas nesta área. Segundo Lodi (2004, p. 282), este estudo influenciou sobremaneira a educação dos surdos e tornou-se a base para que outras pesquisas em distintos países fossem desenvolvidas, incluindo a realização da descrição linguística de diversas outras línguas de sinais.

2.2. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

A gramática da língua de sinais no Brasil teve seus primeiros estudos publicados apenas em 1980, quando surgiram descrições gramaticais, verbais e fonológicas (MESQUITA, 2008). Com o avanço dessas descrições, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1993, propôs a sigla LIBRAS, como denominação para a Língua Brasileira de Sinais (STROBEL, 2008).

No entanto, a oficialização da Libras e seu reconhecimento como meio legal de comunicação e expressão para os surdos no Brasil ocorreu apenas em 24 de abril de 2002, com a promulgação da Lei Nº 10.436/2002 (BRASIL, 2005). Sua formalização foi realizada através do decreto Nº 5.626/2005, que regulamentou os meios para a inclusão da Libras e do desenvolvimento educacional dos surdos, tratando vários aspectos, como a formação dos professores, do acesso à educação e à saúde (BRASIL, 2005).

Compreende-se que engloba todas as pessoas surdas, que estão ligadas pela surdez e a língua de sinais (OLIVEIRA, 2022, p. 5). A Libras é o meio de comunicação

da comunidade surda que vive no Brasil e eles se aproximam pelas características em comum e com a vivência com seus pares eles desenvolvem a comunicação com mais facilidade.

Com a aquisição da Libras a pessoa surda se comunica e pode desenvolver sua própria identidade, expressando suas ideias e vontades, sendo favorável que esse processo seja feito o mais cedo possível. Segundo Oliveira (2022, p. 7) Desde criança é importante já saber se comunicar em Libras, porque é a língua natural das pessoas surdas, considerada sua primeira língua (L1), pois ela ajuda na comunicação com seus amigos surdos e vai ganhar espaço na sociedade gradualmente.

2.3. BASES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica vai mais longe do que meramente preparar para o mercado de trabalho; ela abraça um compromisso com a mudança social, promovendo valorização e respeito por todos. O trabalho como princípio educativo remete a relação intrínseca da educação e do trabalho, na qual desenvolve o ser humano em todas suas potencialidades. Não uma separação da teoria e da prática, fragmentando o trabalho tornando o homem uma máquina que não pensa nele e nem nas desigualdades. Essas preocupações remetem à preocupação de Ciavatta (2009, p. 409), de que o trabalho deve deixar de ser alienante e embrutecedor, sendo princípio educativo, humanizador e de formação humana.

Segundo Frigotto (2018, p. 25), é preciso tratar de educação, não na perspectiva restrita e de justaposição da formação geral e técnica, mas no sentido de uma educação integral, omnilateral no horizonte da politécnica, tendo como eixo a articulação entre ciência, trabalho e cultura.

Outros conceitos que fazem referência à Educação Profissional e Tecnológica é o de omnilateralidade e educação politécnica, que trazem a ideia da formação básica, técnica e social de forma integral. Conforme apresenta Ramos:

[...] a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores incorpora essas análises e busca definir as finalidades da educação escolar por referência às necessidades da formação humana. Com isto, defende que as aprendizagens escolares devem possibilitar à classe trabalhadora a compreensão da realidade para além de sua aparência e, assim, o desenvolvimento de condições para transformá-la em benefício das suas necessidades de classe (RAMOS, 2009, p.77).

Nessa perspectiva de pensar na classe dominante e classe trabalhadora, a educação profissional também inclui a pessoa com deficiência. Ofertar a educação profissional técnica integrada ao ensino médio às pessoas com deficiência promove não somente a inclusão educacional, como também a inclusão social, por meio do preparo para o ingresso no mundo do trabalho (DE ARMAS; BISOL, 2022).

Nesse sentido, a EPT atende diversos tipos distintos de deficiência, incluindo pessoas com deficiência auditiva e com surdez, que podem ter como meio de comunicação a Libras. Assim, o surdo é visto como uma pessoa que possui necessidades auditivas e que se comunica pela Libras, necessitando de um intérprete para se comunicar com seus pares ouvintes, e também, de educadores conscientes de seu papel na escola (FIGLIUZZI et. al., 2016).

2.4. EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

O Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 garante que a educação seja um dos direitos fundamentais do cidadão e um dever do Estado. Acrescente-se que os art. 206 e 208 da mesma carta magna apregoam a necessidade de igualdade de condições de acesso e permanência na escola e de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Com relação a este acesso e permanência, o Decreto 5.626 de 2005 reforça o que estipula a Constituição Federal, evidenciando que as pessoas com deficiência, incluindo os surdos, têm o direito de frequentarem escolas regulares, preconizando que as instituições responsáveis pela educação, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, oferecendo meios que favoreçam o seu desenvolvimento, bem como intérpretes em sala de aula (BRASIL, 2005).

Para que essas garantias sejam respeitadas advém a necessidade de criação de estratégias metodológicas objetivando o desenvolvimento de um processo eficaz de ensino e aprendizagem para este público, necessitando de profissionais qualificados para atuarem como professores em disciplinas obrigatórias em cursos de formação de professores e a formação de docentes e tradutores e intérpretes de Libras em cursos de Letras, bem como a certificação da proficiência linguística em Libras, em exame nacional (ZILIOTTO; GISI, 2017).

Conforme a Lei 5.626/2005, existe a obrigatoriedade de oferecimento de Libras em cursos de formação de professores, licenciaturas, pedagogia, fonoaudiologia e para tradutores e intérpretes, em cursos de letras (BRASIL, 2005), sendo ofertada de forma optativa nos demais cursos.

Além dos pressupostos metodológicos inerentes do trabalho com alunos e da necessidade de profissionais qualificados para tal, a escassez de material didático em Libras, bem como a falta de um vocabulário específico em Libras são fatores limitantes, principalmente na EPT, conforme apresenta Ribeiro (2013, p. 30): “a falta de vocabulário em Libras dificulta os surdos adquirirem conceitos científicos ou técnicos, assim como a compreensão do conteúdo abordado em sala de aula.”

Outro fator relevante em relação às dificuldades no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo inserido no EPT está relacionado com as dificuldades de o intérprete traduzir em Libras muitos significados técnicos nas mais diversas disciplinas, evidenciando a necessidade de propostas que reavalie as relações entre aluno-intérprete-professor.

Da mesma forma que ser um aluno surdo na EPT não implica diminuir o desenvolvimento da aprendizagem, mas propor meios que facilitem esse processo, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Em suma, as informações apresentadas nesta seção reforçam que, para uma formação integral há a necessidade de inclusão de surdos em cursos da EPT, com utilização de intérpretes e da Libras, com produção de material técnico desenvolvido para cada área que atenda o público surdo, para que eles tenham amplo conhecimento sobre determinado tema e possam ser protagonistas e agir como agentes transformadores na sociedade.

2.5. ACESSIBILIDADE DE SURDOS AOS SERVIÇOS TURÍSTICOS

A questão da acessibilidade dos surdos aos serviços de turismo ainda apresenta inúmeras lacunas no Brasil, mesmo com a criação de leis e políticas específicas, conforme prevê o Decreto Nº 3.298 de dezembro de 1999, em seu Artigo 2º:

Art 2º. Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao **turismo**, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1999, p. 01).

Das diversas barreiras relacionadas com a acessibilidade, a mais evidenciada ao tratar de surdos no Brasil é a comunicacional. Para minimizar essa barreira é preciso que sejam estabelecidos mecanismos e alternativas técnicas a fim de tornarem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, conforme descreve de forma específica a Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, em seu Art. 17:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000 p. 05).

No entanto, observa-se carência de profissionais qualificados em Libras, sejam profissionais de turismo ou intérpretes de Libras atuando no turismo. Para que os surdos sejam incluídos com mais facilidade em atividades turísticas no Brasil é preciso que a comunicação com eles seja feita em sua língua materna, ou seja, em Libras.

Atualmente com a evolução tecnológica e fácil acesso às mídias, os vídeos com interpretação em Libras podem ser utilizados em diferentes dispositivos, tais como, smartphones ou televisores, sendo apoiados por várias tecnologias, tais como, aplicativos, QRcode e reprodução automática.

Não obstante tais tecnologias, a atuação de intérpretes de Libras é fundamental para melhor transmissão de informação para a pessoa surda, pois ela é a ponte entre as duas línguas - Português/Libras. O trabalho do intérprete de língua de sinais consiste em pronunciar, na língua de sinais, um discurso equivalente ao discurso pronunciado no português oral ou vice-versa (ROSA, 2006).

O estudo de Borges e Silva (2019) analisou a experiência de turistas surdos ao procurarem serviços turísticos no Brasil. A pesquisa incluiu pesquisa bibliográfica e entrevista com a curadora do Museu Pelé em Santos, São Paulo. Os resultados destacam a falta de acessibilidade e barreiras enfrentadas pelos turistas surdos, especialmente em atividades turísticas, devido à ausência de intérpretes de Libras. Para alcançar acessibilidade plena, recomendam promover ensino de Libras, capacitação profissional e uso de intérpretes, visando a integração dos surdos nas atividades turísticas.

Santos (2019) examinou a inclusão da Libras na comunicação com deficientes auditivos em atividades turísticas, avaliando a acessibilidade em São Roque-RJ. Entrevistas com surdos, profissionais e estudantes de turismo destacaram a importância da Libras para profissionais, ressaltando a falta de esforços nesse aprendizado. Avanços tecnológicos, embora úteis, não substituem interações diretas em Libras ou com intérpretes. Portanto, é essencial incorporar o ensino de Libras na formação de profissionais do turismo para assegurar atendimento inclusivo aos surdos.

Desta forma, as informações apresentadas nesta seção reforçam que os indivíduos surdos possuem direitos iguais de acesso aos serviços de turismo, conforme as leis vigentes no Brasil, sendo também lhes assegurado o direito de acesso a estes serviços, devendo ser disponibilizadas ferramentas adequadas para que isto possa ocorrer.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como base uma abordagem qualitativa, sendo classificada como exploratória e descritiva. A amostra composta por 32 indivíduos foi selecionada entre discentes da área do turismo ligados ao Curso Técnico de Guia de Turismo do Campus Avançado do Bonfim do Instituto Federal de Roraima (IFRR), bem como entre

professores de turismo, profissionais de turismo e indivíduos com deficiência auditiva que se comunicam fluentemente por meio da Libras.

Para o público surdo, foi utilizada a entrevista como instrumento para a coleta de dados, enquanto para os demais foi utilizado um questionário. A entrevista foi realizada com o auxílio da Libras, com o objetivo de favorecer a participação e integração do público surdo. Vale ressaltar que o teor das questões, tanto do questionário quanto da entrevista foram idênticos, para ambos os grupos. Conforme apresentado a seguir:

Figura 2: Questionário – Extração das perguntas

- | | | | |
|---|---|---|--|
| <p>1 - No que se refere ao turismo, qual sua atuação?
() Professor
() Estudante
() Profissional da área do Turismo
() Pessoa com Surdez e usuária da Libras</p> <p>2 - Qual a sua faixa etária?
() De 18 a 25 anos
() De 26 a 35 anos
() De 36 a 45 anos
() De 46 a 55 anos
() Mais de 55 anos</p> <p>3 - Qual o seu sexo?
() Masculino () Feminino</p> <p>4 - Qual o seu nível de escolaridade?
() Ensino Fundamental ou Médio Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior Completo
() Especialização (Lato Sensu)
() Mestrado
() Doutorado</p> <p>5 - Quais os tipos de Turismo você realiza com mais frequência?
() Turismo Cultural
() Ecoturismo
() Turismo rural
() Turismo internacional
() Turismo sustentável
() Turismo de massa (principais locais de turismo no mundo)</p> <p>6 - Quais serviços turísticos você utiliza com mais frequência?
() Guia de Turismo
() Agência de Viagens
() Hotelaria e pousadas
() Parques Temáticos
() Transporte
() Eventos</p> | <p>7 - Na sua opinião a pessoa com surdez se sente excluída ou com difícil acesso à atividades ou serviços turísticos?
() Sim () Não</p> <p>8 - Indique seu nível de satisfação ao se utilizar serviços turísticos no Estado de Roraima.
() Muito insatisfeito
() Insatisfeito
() Razoável
() Satisfeito
() Muito satisfeito</p> <p>9 - Indique seu nível de satisfação ao ser atendido por profissionais ligados aos serviços turísticos.
() Muito insatisfeito
() Insatisfeito
() Razoável
() Satisfeito
() Muito satisfeito</p> <p>10 - Na sua opinião, a acessibilidade dos surdos ao turismo é adequada no Brasil?
() Muito Pouco
() Pouco
() Razoável
() Satisfeito
() Muito satisfeito</p> <p>11 - Indique o que você considera dificuldades na acessibilidade das pessoas surdas em serviços turísticos
() Carência de profissionais ou agentes de turismo capazes de se comunicarem em Libras com os usuários com surdez;
() Ausência de intérpretes de libras especializados na comunicação com pessoas com surdez;
() Inexistência de material didático específico para a aprendizagem de libras nas escolas, voltado a situações inerentes às atividades e serviços turísticos;
() Falta de engajamento das escolas em formar profissionais conscientes da necessidade de inclusão e promoção da acessibilidade de pessoas surdas aos serviços turísticos;
() Falta de definição em Libras, dos termos específicos utilizados no atendimento em serviços turísticos;
() A disponibilidade de Tecnologias que possibilitem essa compreensão por parte desse público</p> | <p>12 - Na sua opinião, as instituições de ensino, em especial as instituições que promovem a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, formam profissionais, tanto surdos como não surdos, aptas a atender as demandas e necessidades específicas do público surdo em atividades turísticas?
() Sim () Não</p> <p>13 - Quais as limitações ao ensino de Libras aos futuros agentes de turismo nas escolas da EPT?
() Escassez de materiais didáticos especializados
() Escassez de professores com formação em Libras
() Falta de interesse dos alunos não surdos em aprenderem a Libras</p> <p>14 - Você conhece algum material didático em Libras para ajudar as pessoas surdas a usufruírem do turismo com maior autonomia?
() Sim () Não</p> <p>15 - Na sua visão, os prestadores de serviços da área de turismo atendem às necessidades específicas dos deficientes auditivos e surdos, principalmente, se comunicando por meio da Libras?
() Sim () Não</p> <p>16 - Quais empresas do turismo você acredita que tem promovido maior acessibilidade às pessoas com surdez?
() Empresas públicas (incluindo Órgãos públicos)
() Empresas privadas
() Empresas Mistas
() Não há distinção</p> <p>17 - Quais setores do turismo você acredita que promove maior acessibilidade às pessoas com surdez?
() Hoteleiro
() Alimentos e bebidas
() Guiamento
() Agências de viagens e turismo
() Transportes turísticos
() Restaurantes
() Nenhuma
() Serviços que podem ser realizados online</p> | <p>18 - No local de atendimento do serviço turístico, o quanto você acha que é necessário disponibilizar algum material de apoio em Libras, para que os surdos e não surdos, possam ter acesso aos termos básicos utilizados no turismo?
() Nada importante
() Pouco importante
() Importante
() Muito importante
() Imprescindível</p> <p>19 - Em um local turístico, o quanto você acha necessário a atuação de uma pessoa com conhecimento em Libras, para o atendimento aos turistas surdos?
() Nada importante
() Pouco importante
() Importante
() Muito importante
() Imprescindível</p> <p>20 - Na sua opinião, de quem é a responsabilidade de implantar acessibilidade para surdos em ambientes onde se desenvolve o turismo?
() Do Governo, de forma geral
() Da própria empresa que promove turismo
() De ninguém, o próprio turista surdo deve contratar um intérprete de Libras</p> |
|---|---|---|--|

Fonte: O autor.

O questionário abordou diversas áreas do turismo relacionadas a pessoas com deficiência auditiva e surdez. Questões incluíram formação inclusiva em escolas de turismo, conscientização institucional sobre capacitação de profissionais surdos e não surdos, promoção de inclusão por agentes governamentais no turismo, limitações no ensino de Libras para profissionais de turismo, barreiras na acessibilidade de surdos em serviços turísticos, estratégias de ensino para acessibilidade, sentimentos de inclusão entre surdos em atividades turísticas, escassez de profissionais qualificados em Libras (incluindo intérpretes) na indústria do turismo e inclusão de ensino de Libras nos cursos de formação profissional em turismo.

A pesquisa seguiu os princípios éticos de acordo com a Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo sido aprovada de acordo com o padrão do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRR e IFRR por meio do nº 63459622.7.0000.5302.

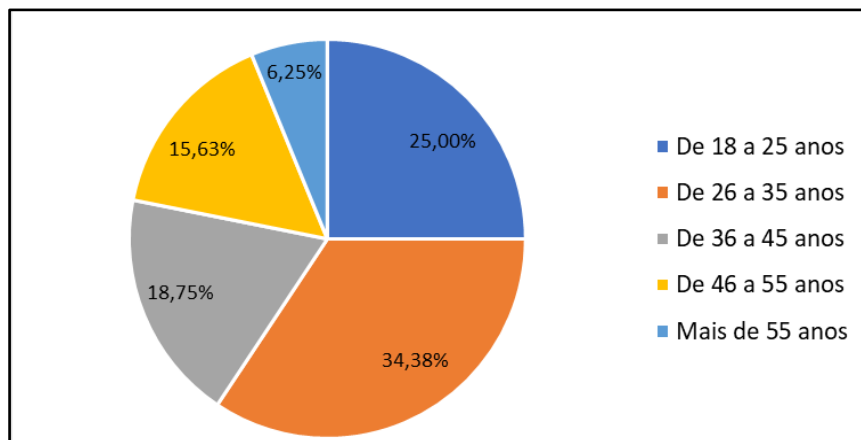
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme informado na metodologia, a pesquisa exploratória foi aplicada a um grupo de 32 indivíduos, formada da seguinte maneira: 5 docentes e 17 discentes do Curso Técnico de Guia de Turismo do Campus Avançado do Bonfim do IFRR, com 5 profissionais da área de Turismo e com 5 pessoas com surdez da comunidade.

Para os docentes, discentes e profissionais da área do Turismo realizou-se uma pesquisa através de um questionário voltado para a área do turismo para surdos. Para pessoas com surdez foi realizada uma entrevista semiestruturada, com questões idênticas ao do questionário.

Dentre o total de participantes, 26 ou 81,3% são do sexo feminino, enquanto que 6 participantes ou 18,8% do total são do sexo masculino. A faixa etária predominante abrange dos 26 aos 35 anos, com 34,38% dos participantes, seguida da faixa etária de 18 a 25 anos com 25%, 36 a 45 com 18,75%, 46 a 55 anos com 15,63% e os que possuem mais de 55 anos chegam a 6,26%. A distribuição da faixa etária dos participantes é apresentada pela Figura 3.

Figura 3: Faixa Etária dos participantes da Pesquisa Exploratória

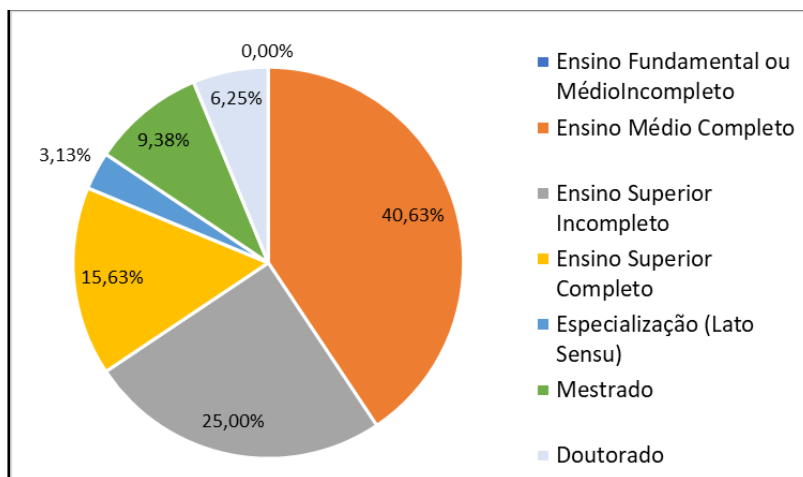


Fonte: O autor.

Fazendo-se um recorte de gênero, percebe-se que, entre 2013 e 2019, as matrículas na EPT foram ocupadas, majoritariamente, por mulheres em todos os anos, com taxa média de 55,9% (PAIVA e SILVA, 2021, p. 995). Esse dado é corroborado com parte expressiva da presente pesquisa serem alunos da EPT.

Quanto à distribuição do nível de escolaridade dos participantes, a maioria possui ensino médio completo ou nível superior, conforme apresentado na Figura 4.

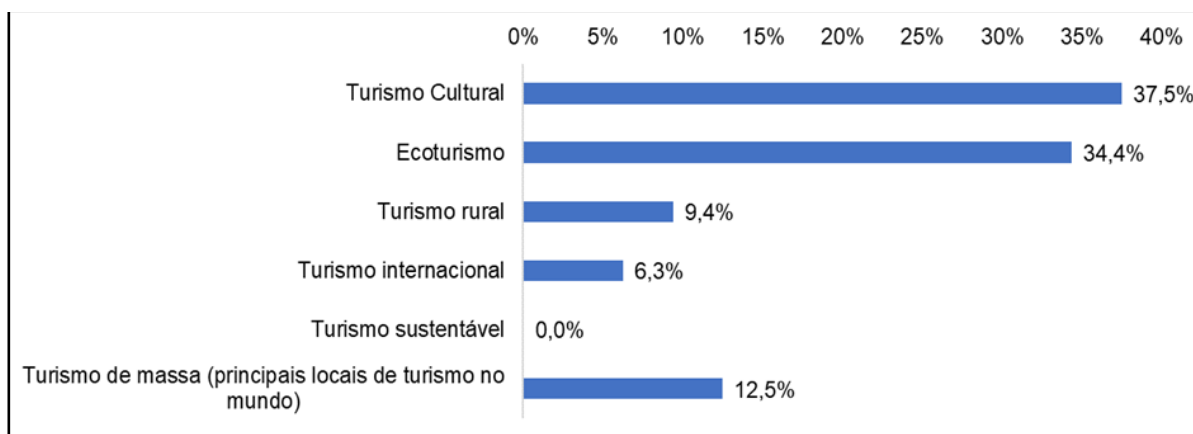
Figura 4: Nível de escolaridade dos participantes da Pesquisa Exploratória



Fonte: O autor.

A Figura 5 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Quais os tipos de turismo você realiza com mais frequência?”. Como resultado, 12 participantes ou 37,5% do total responderam Turismo Cultural, 12 ou 34,4% responderam Ecoturismo, 4 ou 12,5% responderam Turismo de Massas (12,5%), 3 ou 9,4% do total de participantes responderam Turismo Rural e, finalmente, 2 ou 6,3% responderam Turismo Internacional.

Figura 5: Tipos de Turismo



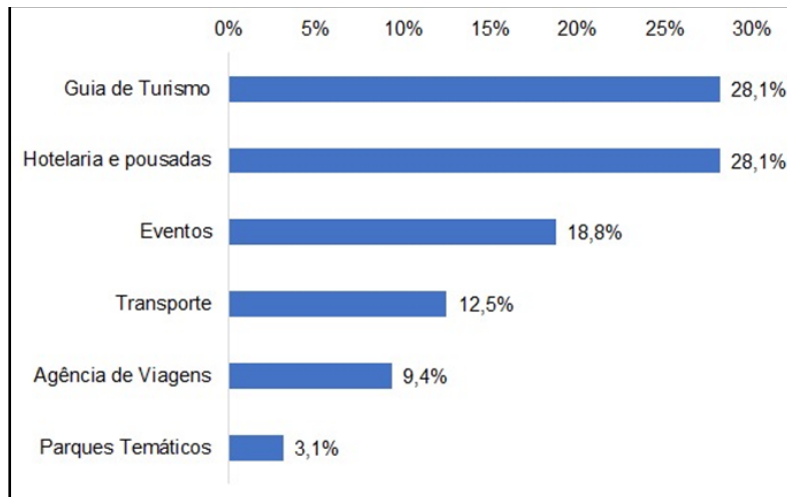
Fonte: O autor.

Corroborando o encontrado na pesquisa, Holanda (2013, p. 181) afirma que, ao ser identificado o nível de satisfação dos turistas, percebe-se que eles estão satisfeitos com o meio ambiente e a cultura, sendo o estado de Roraima reconhecido pelas suas belezas naturais e cultura.

A Figura 6 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Quais serviços turísticos você utiliza com mais frequência?”. Como

resultado, 9 ou 28,1% utilizam o serviço de Guia de Turismo, a mesma quantidade utiliza o serviço de Hotelaria e Pousadas, 6 ou 18,8% dos participantes responderam Eventos, 4 ou 12,5% utilizam o serviço de Transporte com mais frequência, 3 ou 9,4% responderam ser para Agente de Viagens e 1 ou 3,1% responderam Parques temáticos.

Figura 6: Serviços turísticos utilizados



Fonte: O autor.

Inserido em todos os tipos de turismo, encontra-se o profissional guia de turismo que, segundo o Saraiva e Anjos (2019, p. 38), tem a capacidade de transmitir não só a informação factual, mas também desenvolver competências, tais como: a interpretação e a comunicação interculturais, a capacidade de contextualizar informações, a transmissão de emoções, a mediação entre a comunidade local e os visitantes, proporcionando uma interação entre turistas e os espaços onde ocorre o guiamento, com os bens naturais e culturais de forma sustentável, monitorando e gerenciando o comportamento dos visitantes.

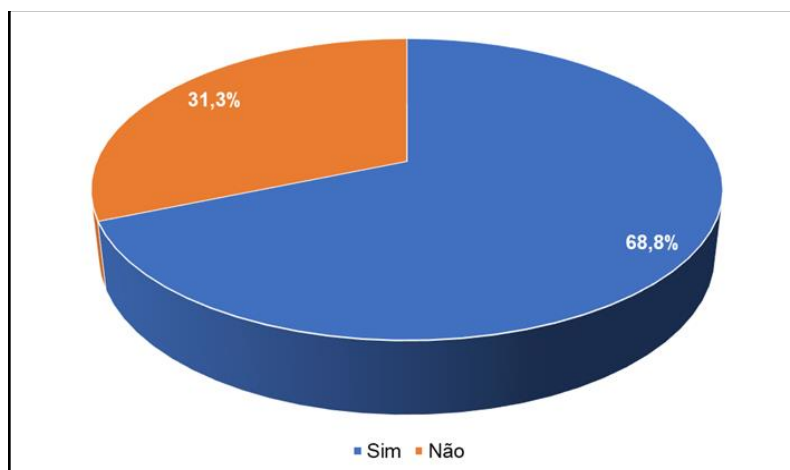
A ação do profissional de guia turístico passa segurança e molda a imagem do local para o turista. Faz toda a interlocução da pessoa que chega a determinado local com as pessoas que ali já vivem, sendo a ponte entre esses dois ambientes, atuando como um verdadeiro docente ensinando sobre determinados locais, costumes etc.

Já segundo Dumer et. al. (2017 p. 4), os serviços de hotelaria oferecem, na maioria das vezes, além da hospedagem, opções como alimentação, piscinas, bares, restaurantes, salas de jogos, salão para eventos, traslados e playground para seus hóspedes.

A Figura 7 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Na sua opinião a pessoa com surdez se sente excluída ou com difícil acesso à atividades ou serviços turísticos?”. Como resultado, 22 participantes ou 68,8% do total responderam positivamente e 10 ou 31,3% dos participantes responderam que

não.

Figura 7: Sentimento de exclusão da pessoa com surdez

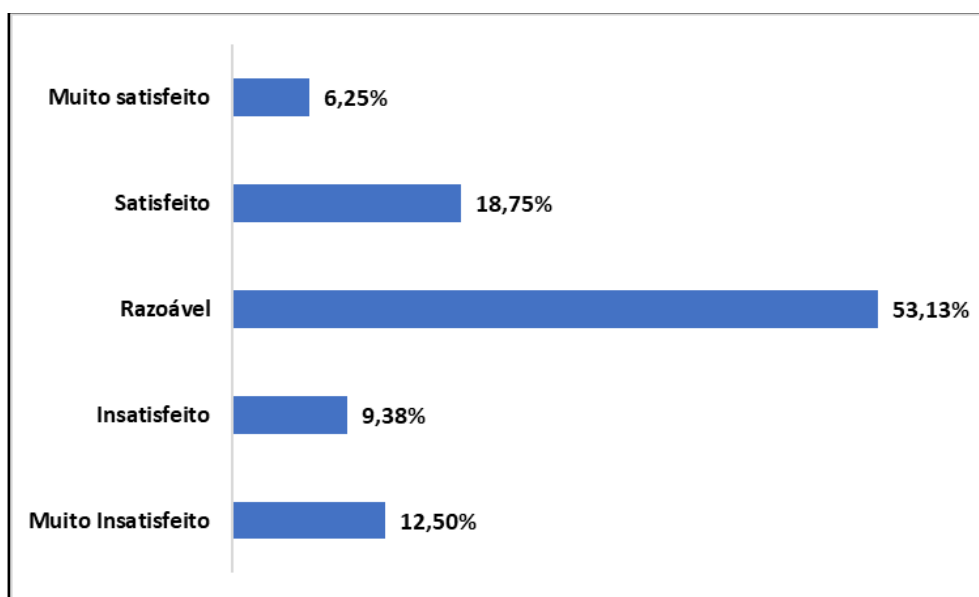


Fonte: O autor.

Segundo Lopes (2017, p. 30), a falta de comunicação faz com que o surdo seja prejudicado, não tendo o acesso às informações, sendo elas de forma total ou parcial, as quais, dependendo do contexto, se tornam essenciais para a experiência turística.

A Figura 8 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Qual seu nível de satisfação ao se utilizar serviços turísticos no Estado de Roraima?”. Como resultado, 4 ou 12,5% afirmaram estarem muito insatisfeitos, ou 9,4% afirmaram estarem insatisfeitos, 17 ou 53,1% responderam “Razoável”, 6 ou 18,8% afirmaram estarem satisfeitos com os serviços turísticos de Roraima e 2 ou 6,3% afirmaram estarem muito satisfeitos.

Figura 8: Nível de satisfação dos serviços turísticos em Roraima



Fonte: O autor.

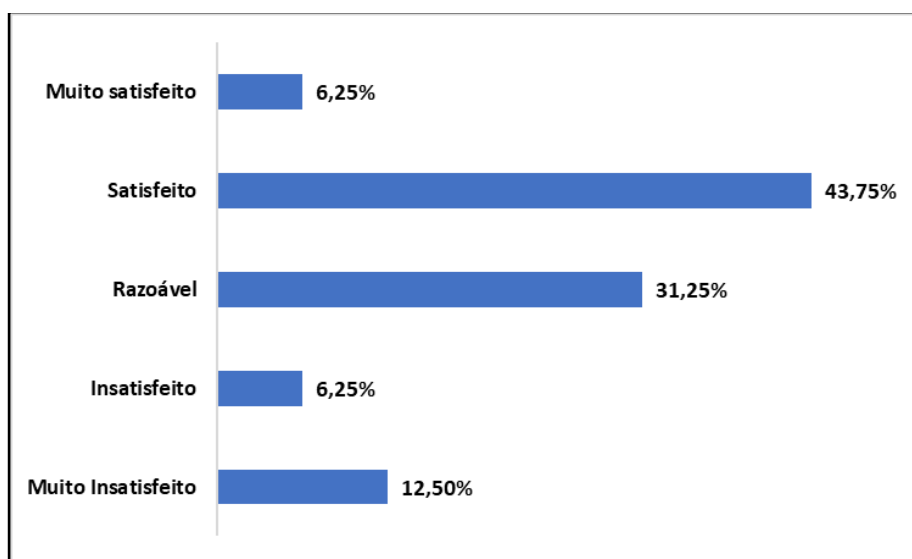
Isso demonstra que em sua maioria os participantes não julgam nem bom ou ruim em relação a satisfação e os índices positivos e negativos se igualam, permanecendo o índice razoável com maior predominância, mesmo que somado a todos os outros índices.

Sobre o tema, Holanda (2013, p. 195) discorre:

Ao ser identificado o nível de satisfação dos turistas percebe-se que as belezas naturais do estado são o que mais trouxe satisfação aos mesmos, até para quem vem a Roraima por motivos de negócios, religião, saúde, e não para admirar a natureza. Elas estão satisfeitas também com o meio ambiente e a cultura. Porém, já os serviços necessitam de melhorias. Crítica é a situação do entretenimento e da infraestrutura por não existirem festas e shows específicos no estado voltado ao turista, além da precariedade de estradas e vias urbanas.

A Figura 9 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Qual o seu nível de satisfação ao ser atendido por profissionais ligados aos serviços turísticos?”. Como resultado, 4 ou 12,5% afirmaram estarem muito insatisfeitos, 2 ou 6,3% afirmaram estarem insatisfeitos, 10 ou 31,3% responderam “Razoável”, 14 ou 43,8% afirmaram estarem satisfeitos ao serem atendidos por profissionais ligados aos serviços turísticos e 2 ou 6,3% afirmaram estarem muito satisfeitos. Somando-se satisfeito e muito satisfeito obtém-se 75,1%, um índice consideravelmente alto.

Figura 9: Atuação referente ao Turismo.

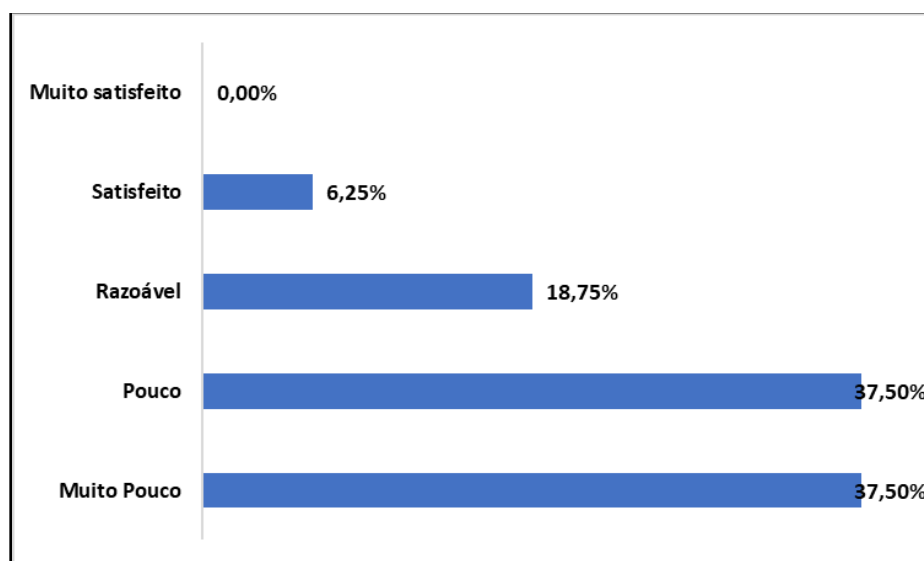


Fonte: O autor.

Em Roraima, são oferecidos cursos superiores e técnicos em formações profissionais na área do turismo, por exemplo, no IFRR como curso de Guia de Turismo no Campus Avançado do Bonfim. Para que haja o desenvolvimento dessa atividade em qualquer lugar de forma adequada e que possa atender o público de forma inclusiva, é necessário a presença de um profissional qualificado para atuar, articulando meios de melhor atender o turista.

A Figura 10 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “A acessibilidade dos surdos ao turismo é adequada no Brasil?”. Os participantes então indicaram um nível de adequação. Assim, 12 ou 37,5% responderam “Muito pouco adequado”, a mesma quantidade respondeu “Pouco Adequado”, 6 ou 18,8% responderam “Razoável” e 2 ou 6,3% afirmaram que a acessibilidade de surdos no Brasil é adequada.

Figura 10: Acessibilidade de surdos no Brasil



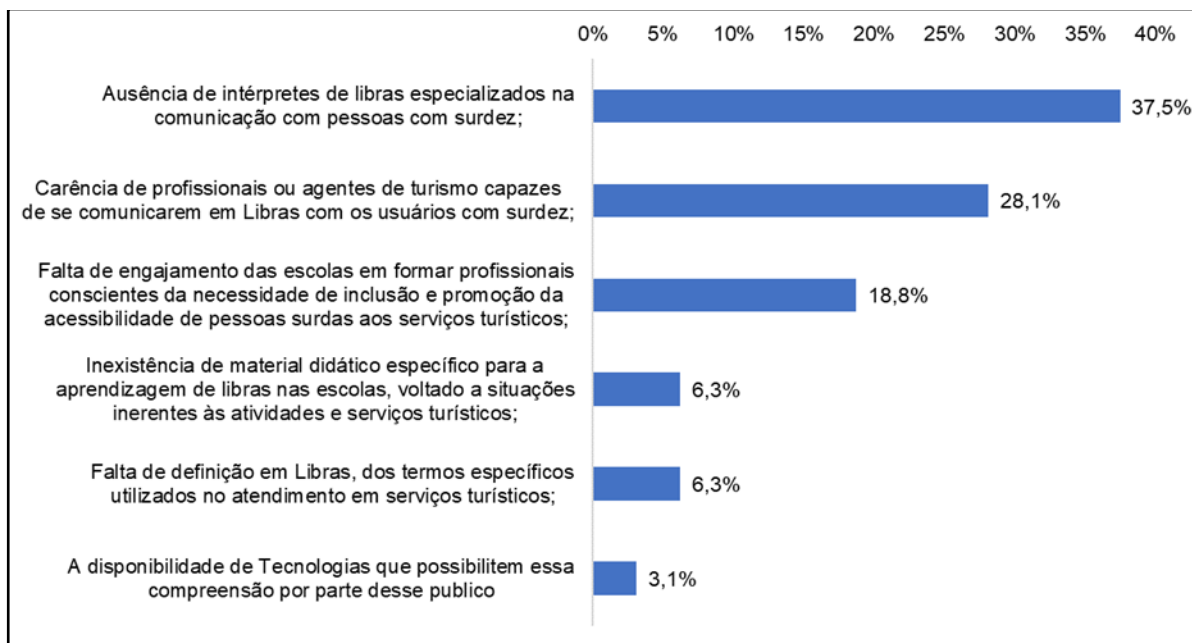
Fonte: O autor.

No que se refere à comunicação do trade turístico com os surdos, verificou-se que existe um sentimento de frustração e exclusão ao procurar os serviços oferecidos de uma agência de viagem, pois não atendem a necessidade das pessoas com deficiência auditiva.

Nessa questão é notório que se precisa melhorar a acessibilidade aos surdos no turismo no Brasil, os índices negativos representados por muito pouco e pouco representam 75% das respostas.

A Figura 11 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “O que você considera dificuldades na acessibilidade das pessoas surdas em serviços turísticos?”. Dentre uma relação de respostas pré-selecionadas, os participantes puderam escolher aquelas que mais concordavam.

Figura 11: Dificuldades na acessibilidade de surdos no turismo



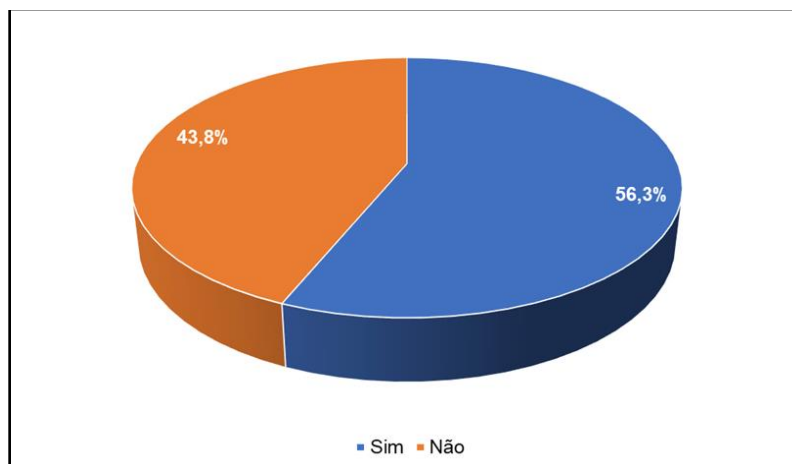
Fonte: O autor.

Como resultado, 12 ou 37,5% do total de participantes selecionaram a “Carência de profissionais ou agentes de turismo capazes de se comunicarem em Libras com os usuários com surdez” como razão para as dificuldades para a acessibilidade de surdos no Turismo. Outros 9 ou 28,1% afirmam ser “a carência de profissionais ou agentes de turismo capazes de se comunicarem em Libras com usuários com surdez”. 6 ou 18,8% afirmam ser “a falta de engajamento das escolas em formar profissionais conscientes da necessidade de inclusão e promoção da acessibilidade de pessoas surdas aos serviços turísticos”. A inexistência de material didático específico para aprendizagem de Libras nas escolas, voltado a situações inerentes às atividades e serviços turísticos e a falta de definição em Libras dos termos específicos utilizados no atendimento em serviços turísticos são as razões para as dificuldades na acessibilidade de surdos no Turismo, para 2 ou 6,3% do total de participantes. Por fim, 1 participante ou 3,1% do total, respondeu que a disponibilidade de tecnologias que possibilitem essa compreensão por parte desse público é o motivo para as dificuldades.

A Figura 11 representa de forma conjunta dois itens, somando 65,1% das respostas, sendo eles a falta de profissionais que se comuniquem em Libras, seja intérpretes ou profissionais de turismo que saibam Libras.

A Figura 12 trata sobre a opinião dos participantes sobre as instituições de ensino, em especial as instituições que promovem a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, se elas formam profissionais, tanto surdos como não surdos, aptas a atender as demandas e necessidades específicas do público surdo em atividades turísticas. Dezoito pessoas, representando 56,3% responderam que sim e 14 ou 43,8% responderam que não.

Figura 12: Formação para atendimento surdo em atividades turísticas



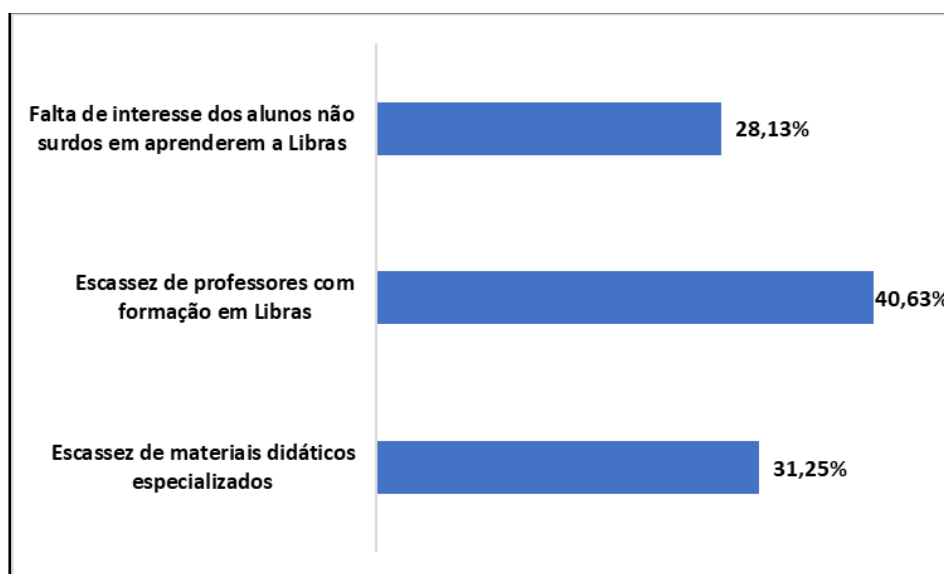
Fonte: O autor.

O ensino de Libras em cursos profissionalizantes é essencial para promover a inclusão social e profissional de pessoas surdas ou com deficiência auditiva, além de oferecer uma formação mais completa e inclusiva para todos os alunos (SILVA; SILVA, 2023, p.15)

Assim, a presente pesquisa mostra que mesmo que com pouca margem de diferença, os participantes entendem que as instituições de ensino que promovem a EPT visam a acessibilidade das pessoas surdas em sua formação, colocando profissionais aptos ao atendimento desse público.

A Figura 13 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Quais as limitações ao ensino de Libras aos futuros agentes de turismo nas escolas da EPT?”. Dentre 3 respostas pré-selecionadas, os participantes puderam escolher aquelas que mais concordavam. Como resultado, 13 ou 40,6% afirmaram ser a “escassez de professores com formação em Libras”, 10 ou 31,3% do total de participantes afirmaram que tal limitação está ligada com “a escassez de materiais didáticos especializados” e 9 ou 28,1% do total, selecionaram a “falta de interesse dos alunos não surdos em aprenderem Libras”.

Figura 13: Limitações do ensino de Libras em escolas da EPT



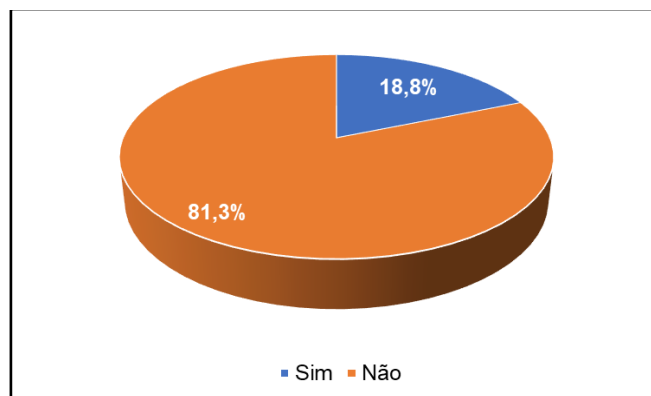
Fonte: O autor.

Conforme Figliuzzi (2016, p. 3), evidencia-se a necessidade de capacitação específica e maior interação com o professor da disciplina para que a inclusão seja efetiva, com substancial rendimento e aproveitamento desses alunos, além de fomentar a interação entre ouvintes e não ouvintes.

A Figura 14 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Você conhece algum material didático em Libras para ajudar as pessoas surdas a usufruírem do turismo com maior autonomia?”. Como resultado, 26 participantes ou 81,3% do total responderam que desconhecem e 6 ou 18,8% dos participantes responderam que tem conhecimento de materiais didáticos com essa finalidade.

Dos que conhecem, 5 relataram de onde conhecem, como: Internet; Livro Ilustrado de Libras - Ciranda Cultural 2011; Alfabeto com as mãos; Projeto Roteiro Geo-Turístico, da Universidade Federal do Tocantins - Folder de material educativo em Porto Nacional (TO); Aplicativos.

Figura 14: Conhecimento sobre material didático em Libras no Turismo.



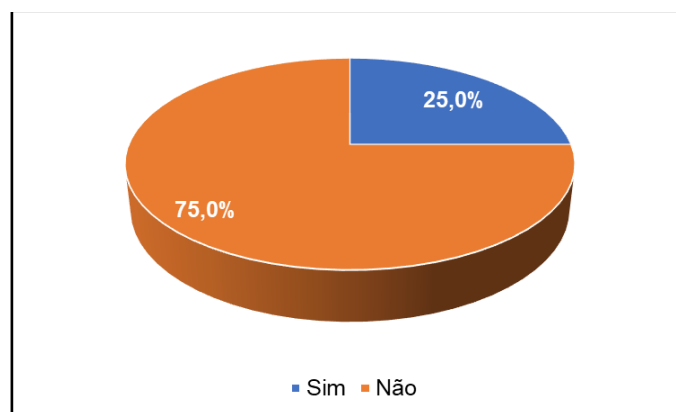
Fonte: O autor.

Como relata a pesquisa realizada do estado de Santa Catarina, conforme Soares et al. (2013, p. 1), os estabelecimentos não possuem pessoal capacitado ou material visual para esta finalidade. Foi constatado que, devido à falta de acessibilidade, os surdos que moram na região da Grande Florianópolis têm um conhecimento limitado sobre o Centro Histórico.

A falta de material também aparece em pesquisa no estado de Goiás. O Museu das Bandeiras não tem pessoas especializadas para atender as pessoas surdas, nem materiais em Libras (MENDES; DA SILVA; BANDEIRA, 2019, p. 131). O fator comum dessas respostas é que há uma carência de material que auxilie as atividades turísticas de modo geral.

A Figura 15 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Você acredita que os prestadores de serviços da área de turismo atendem às necessidades específicas dos deficientes auditivos e surdos, principalmente, se comunicando por meio da Libras?”. Como resultado, 24 ou 75% responderam que não e 8 ou 25% do total de participantes responderam positivamente.

Figura 15: Atendimento às necessidades específicas de deficientes auditivos e surdos



Fonte: O autor.

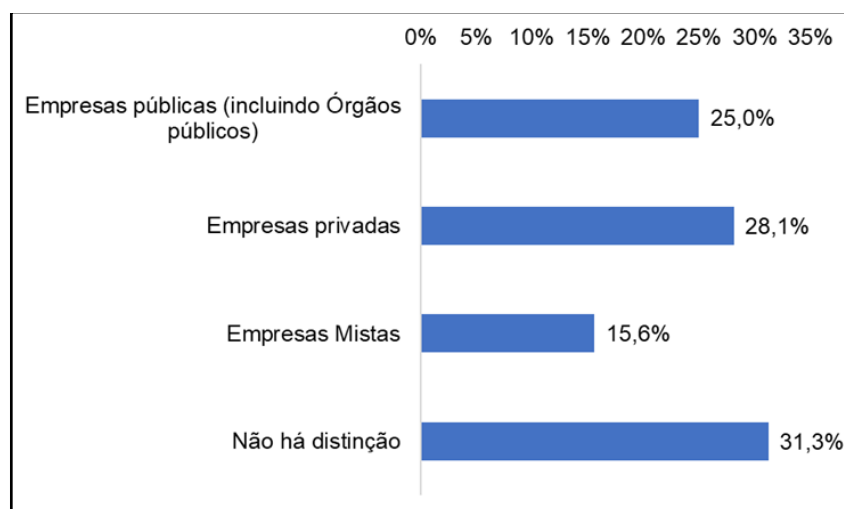
A maioria dos pesquisados não vê distinção de que tipo de empresa ou órgão realiza a acessibilidade, até porque de acordo com o Decreto Nº 5.626 essa obrigação é de todos que desejam realizar atividades de atendimento ao público, conforme seu artigo 26:

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.

Em seu trabalho sobre acessibilidade no turismo dos surdos, Borges e Silva (2019, p. 17) afirmam a importância de divulgação da Libras para ampliar a comunicação entre ouvintes e surdos e diminuir as barreiras que tornam o turismo inacessível e coloca os surdos num ostracismo social, enquanto o turismo pressupõe em primeiro lugar a satisfação do turista, que como surdo tem seu direito garantido de usufruir o Direito Social, incluindo em passeios turísticos.

A Figura 16 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Quais categorias de empresas do turismo você acredita que tem promovido maior acessibilidade às pessoas com surdez?”. Como resultado, 9 ou 28,1% responderam que são as empresas privadas, 8 ou 25% responderam que são as públicas, 5 ou 15,6% responderam que são as empresas mistas e 10 ou 31,3% responderam que não há distinção, referente ao tipo de empresa.

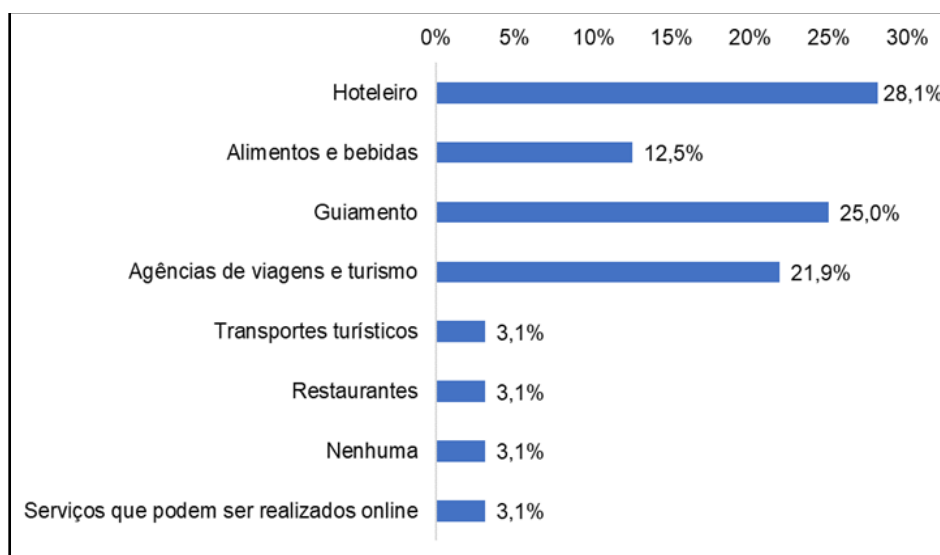
Figura 16: Tipos de empresas que promovem acessibilidade às pessoas com surdez



Fonte: O autor.

A Figura 17 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Quais setores do turismo você acredita que promove maior acessibilidade às pessoas com surdez?”. Dentre uma lista de respostas pré-selecionadas, os participantes puderam escolher aquelas que mais concordavam. Como resultado, 9 ou 28,1% afirmaram ser o setor hoteleiro, 8 ou 25% dos participantes responderam que é o setor de guiamento, 7 ou 21,9% responderam que são as agências de viagens e turismo, 4 ou 12,5% responderam que são os alimentos e bebidas e 1 participante ou 3,1% para transportes públicos, assim como 1 participante ou 3,1% respondeu restaurantes, 1 participante ou 3,1% respondeu serviços que podem ser realizados online e 1 participante ou 3,1% respondeu opção “Nenhuma”.

Figura 17: Setores que promovem acessibilidade às pessoas com surdez



Fonte: O autor.

Fukushima (2010, p. 140) afirma que no ramo hoteleiro deve ser implantadas sinalizações visuais ou sonoras nas portas, ter um profissional que se comunique em Libras, telefones adaptados, sonorização e sinalização nos elevadores, portas de apartamentos, etc.

Amaral, Oliveira e Sousa (2022, p. 25) descrevem que no contexto do Ecoturismo, por vezes, pessoas surdas deixam de fazer trilhas pela falta de sinalização adequada e um intérprete da Libras. Ainda, na pesquisa conduzida pelos autores, os participantes afirmaram que a acessibilidade é um fator importante na escolha do destino turístico.

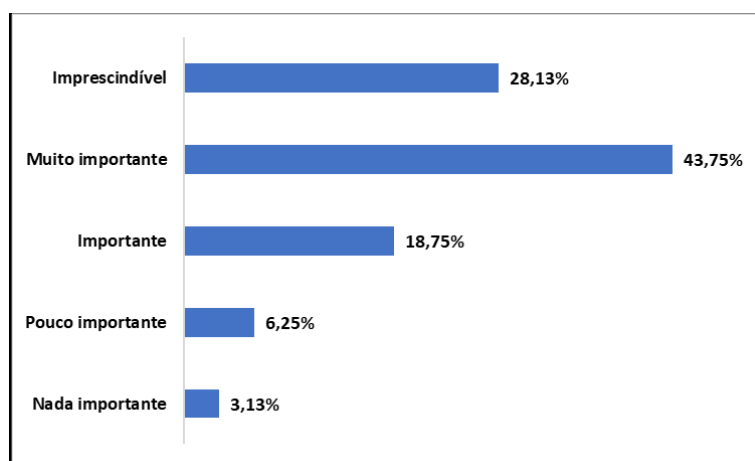
No caso do ramo de alimentação e bebidas, incluindo restaurantes, traz o mesmo problema, a impossibilidade de comunicação nesses ambientes causando dificuldade na inclusão do surdo em tarefas, necessidades e divertimentos do cotidiano (REIS et al., 2023, p. 34).

Por isso, a criação de ferramentas que tornem ambientes e ações mais inclusivas, atraentes e receptivos para os surdos são de fundamental importância em

todo o contexto de turismo.

A Figura 18 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “No local de atendimento do serviço turístico, o quanto você acha que é necessário disponibilizar algum material de apoio em Libras para que os surdos e não surdos, possam ter acesso aos termos básicos utilizados no turismo?”. Nessa questão buscou-se ver o quão importante as pessoas julgam ter material de apoio em Libras, como resultado, 9 ou 28,1% responderam que é imprescindível disponibilizar material de apoio a Libras, 14 ou 43,8% responderam que é muito importante, 6 ou 18,8% afirmaram ser importante, 2 ou 6,3% responderam pouco importante e 1 participante ou 3,1% afirmou não ser importante.

Figura 18: Material em Libras no serviço turístico

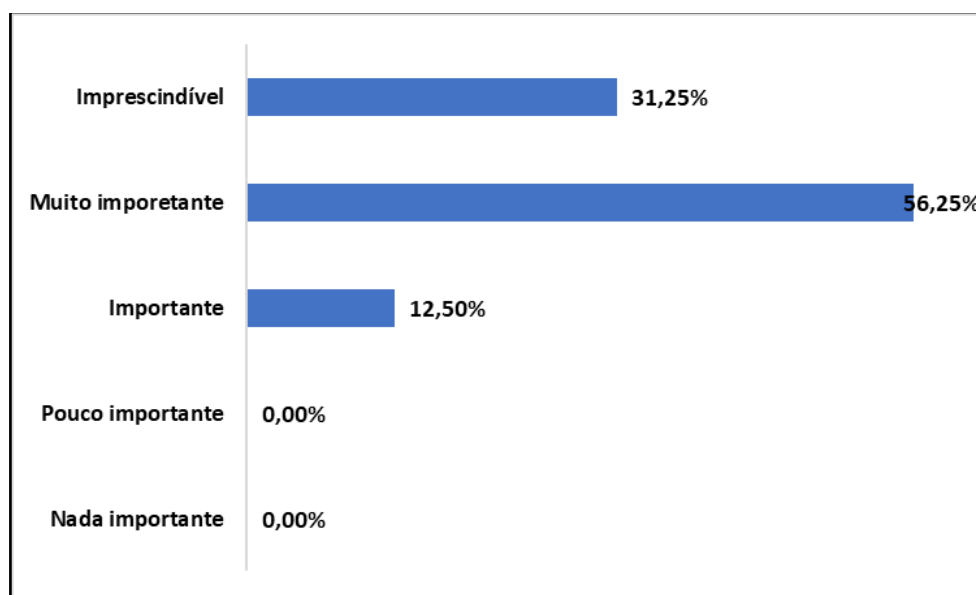


Fonte: O autor.

Em uma pesquisa realizada em Juiz de Fora/MG com 33 surdos, 63,3% dos entrevistados responderam que utilizam a Libras como forma de comunicação em locais públicos e 69,7% que ter placas em Libras nos locais ajudaria muito na comunicação entre eles e quem atua no turismo, bem como ter pessoas preparadas para atender esse público, sendo que a maioria ao viajar prefere viajar junto com alguém da família e se alojar em casas de parentes ou amigos do que em hotéis (LAGES; MARTINS, 2006, p. 12).

A Figura 19 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “Em um local turístico, o quanto você acha necessário a atuação de uma pessoa com conhecimento em Libras para o atendimento aos turistas surdos?”. Como resultado, 10 ou 31,3% responderam que é imprescindível que os turistas surdos sejam atendidos por uma pessoa que conheça Libras, 18 ou 56,3% responderam que é muito importante, 4 ou 12,5% afirmaram ser importante e nenhum participante afirmou ser pouco ou não importante.

Figura 19: Profissional com conhecimento em Libras no serviço turístico



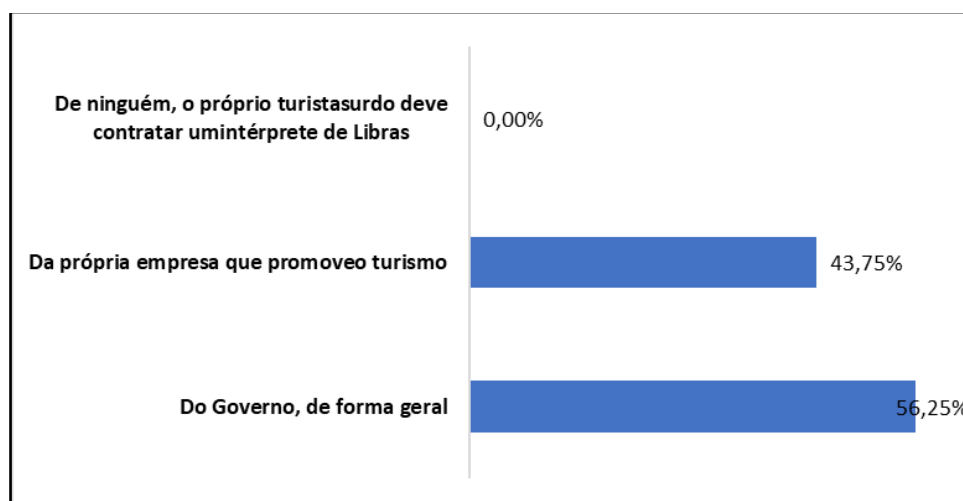
Fonte: O autor.

Quando não há acessibilidade na comunicação do surdo com os demais membros da sociedade, este pode se sentir como um estrangeiro no próprio país, tendo dificuldades para pegar ônibus, metrô, frequentar restaurantes, hotéis, pedir um táxi, etc. Tarefas consideradas simples e rotineiras, mas que por falta de comunicação eficaz em Libras, tornam-se grandes obstáculos para os surdos (LOPES, 2017).

Assim, nota-se que não somente em Roraima, mas é uma dificuldade em todo o território nacional e mundial, a comunicação não inclusiva que impede a acessibilidade dos surdos.

A Figura 20 apresenta um gráfico com as respostas dos participantes para a pergunta “De quem é a responsabilidade de implantar acessibilidade para surdos em ambientes onde se desenvolve o turismo?”. Dentre 3 respostas pré-selecionadas, os participantes puderam escolher aquelas que mais concordavam. Como resultado, 18 ou 56,3% afirmaram ser do Governo de forma geral, 14 ou 43,8% do total afirmaram ser da empresa que promove o turismo e nenhum participante respondeu que a responsabilidade é do próprio turista surdo.

Figura 20: Responsabilidade na implantação de acessibilidade para surdos



Fonte: O autor.

A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, Lei n. 13.146 tem como objetivo possibilitar o acesso à educação, trabalho, informação e inclusão na sociedade, o que inclui oferta de educação bilíngue em Libras, tradução de processos seletivos em Libras, sites acessíveis, intérprete de Libras em shows, etc., portanto o governo tem sim responsabilidade por se fazer cumprir a lei criada, bem como a fiscalização pelos órgãos públicos competentes e também dos estabelecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, percebe-se avanços significativos para a inclusão e acessibilidade de surdos, analisando a evolução histórica e principalmente com a difusão da Libras através da Lei Nº 10.436/2002. Mas, mesmo possuindo amparo legal, as pessoas com surdez, em diversos ambientes, ainda recebem um serviço precarizado, incluindo na área do turismo que foi o foco dessa pesquisa.

A pesquisa em seu referencial teórico traz os aspectos históricos das línguas de sinais, resgatando desde a pré-história até os dias atuais, o percurso, as lutas e as conquistas das pessoas surdas e das línguas de sinais. Também relatou-se sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras apresentando os aspectos históricos, sua legislação e a sua gramática, ressaltando os cinco parâmetros da Libras que são fundamentais para seu aprendizado.

Em continuidade, procurando realizar uma formação politécnica no sentido amplo de trabalhar no processo de ensino-aprendizagem junto ao trabalho, a ciência e a cultura, a pesquisa abordou as bases da educação profissional e tecnológica, ressaltando a formação integral e educação como processo educativo, onde forma o homem para com convívio em sociedade,

No referencial teórico levantou-se também informações sobre a acessibilidade de surdos aos serviços turísticos, apresentando a realidade, as barreiras de acessibilidade, carência de profissionais especializados e a falta material que forneça ao público surdo maior inclusão nas atividades turísticas.

Na parte metodológica o estudo desenvolveu-se através de entrevista para o público surdo e para questionário para os demais. Dessa forma o estudo caracterizou a amostra composta por docentes, discentes, profissionais de turismo e pessoas surdas proficientes em Libras. Onde pode-se perceber uma confluência de respostas voltadas para a inclusão, sejam eles ouvintes ou surdos

Na pesquisa exploratória destacou-se, o turismo cultural e o ecoturismo foram os tipos mais frequentes, enquanto guias de turismo, hotelaria e eventos foram os serviços mais citados.

Em relação à acessibilidade no turismo para pessoas surdas, foram encontradas respostas variadas, abordando sentimentos de exclusão e dificuldades de acesso. A percepção geral indicou insuficiência no atendimento às necessidades específicas dos surdos no setor turístico. Limitações no ensino de Libras nas escolas da EPT incluíram falta de intérpretes especializados, escassez de profissionais de turismo com domínio em Libras e desinteresse de alunos ouvintes em aprender Libras.

Os resultados evidenciados indicam a necessidade de melhoria da disponibilidade de materiais didáticos em Libras para o turismo, além da importância de profissionais capacitados em Libras para atender turistas surdos. Empresas mistas, privadas e públicas foram consideradas atuantes na promoção da acessibilidade às pessoas surdas no turismo. O setor hoteleiro foi percebido como um dos principais promotores de acessibilidade. Quanto à responsabilidade na implantação de acessibilidade, a maioria dos participantes acreditou que tanto o governo quanto as empresas do setor de turismo deveriam assumir esse papel.

Em conclusão, enfatiza-se a importância da acessibilidade e inclusão de pessoas surdas no turismo. A falta de intérpretes especializados, a escassez de materiais didáticos em Libras e a falta de profissionais capacitados foram apontados como principais desafios. A fim de preencher esta lacuna no âmbito da EPT, sugerem-se ações para capacitar profissionais, fornecer materiais em Libras e promover conscientização, sendo elementos fundamentais para garantir uma experiência turística inclusiva e acessível para as pessoas surdas.

Como sugestão de trabalho futuro, pode-se implementar sinalários como material de apoio seja nas escolas EPT para formação ou como apoio durante a atuação profissional. Além disso, buscar a ampliação do quantitativo de sinais, apresentando sinais locais e trabalhar de forma conjunta com a comunidade surda para criação e difusão desses sinais, como a identificação de serras, lagos e outros locais turísticos. Além disso, sugere-se o acréscimo de palavras que atendam de forma mais ampla as necessidades da área de Turismo.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE LIBRAS. **Ernest Huet - o homem que "inventou" a Libras**. 2022. Disponível em: <https://academiadelibras.com/blog/ernest-huet/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ALMEIDA, Magno Pinheiro de; ALMEIDA, Miguel Eugênio de. **História de Libras: características e sua estrutura**. Revista Philologus, v. 18, p. 315-327, 2012.

AMARAL, Alice Fátima; OLIVEIRA, Filipe Vieira; SOUSA, Thamyris Alves. **Acessibilidade no ecoturismo: desafios e perspectivas**. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 10, n. 1, p. 20-35, 2022.

ARMAS, Louise Dall'Agnol de; BISOL, Claudia Alquati. **Desafios da educação profissional integrada na inclusão de pessoas com deficiência**. Vivências, v. 18, n. 36, p. 99-114, 2022.

BORGES, Andréa Maria Abreu; SILVA, Vânia de Paula Dias. **Acessibilidade no turismo: um estudo reflexivo sobre o turista surdo**. Revista Acadêmica - Ensino de Ciências e Tecnologias IFSP - Campus Cubatão, v. 4, n. 4, p. 1-21, fev./jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. In: Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. p. 408-415.

DUMER, Miguel Carlos Ramos et al. **Gestão de custos em hotéis e pousadas de Guarapari-ES**: análise da percepção de relevância e utilização efetiva pela matriz de Slack. Revista Brasileira de Gestão Hoteleira, Petrópolis, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2017.

DUARTE, Ana Beatriz da Silva et al. **Releitura histórica da educação de surdos no Brasil: 1961-1996**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FIGLIUZZI, Renato Cesar; SANTOS, Washington Romão dos; GUIMARÃES, Kênia Cristina Tinelli. **Inclusão do aluno surdo na educação profissional**: a importância da interação entre o intérprete de Libras e os demais atuantes. Estação Científica, n. 15, p. 1-26, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **A gênese do Decreto nº 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2018.

FUKUSHIMA, Denílson. **Acessibilidade na hotelaria: com ênfase no surdo**. Rev. FAE, Curitiba, v.13, n.1, p.139-152, jan./jun. 2010.

GAMA, Flausino José da. **Iconographia dos signaes dos surdos-mudos**. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1).

HOLANDA, Raiany Gabriele Andrade. **O turismo em Roraima sob a ótica do turista**. Revista de Administração de Roraima - RARR, Boa Vista, v. 3, n. 2, p. 181-199, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAGES, Sônia Regina C.; MARTINS, Regiane. **Turismo inclusivo**. *Revista Estação Científica*, Juiz de Fora, n. 3, p. 10-15, out. 2006.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Uma leitura enunciativa da língua brasileira de sinais: o gênero contos de fadas**. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 20, n. 2, p. 281-310, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502004000200005>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LOPES, Kleber Henrique Cavalcanti. **Turismo: o surdo e a viagem**. 2017. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MESQUITA, Aline Camila Romão. **A categoria preposicional na interlíngua do surdo aprendiz de português (L2)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MENDES, Suellem Cristina; SILVA, Georgia Clarice da; BANDEIRA, Kamilla Siqueira. **O Museu das Bandeiras enquanto espaço cultural e turístico para as pessoas surdas na cidade de Goiás**. *Revista Mirante*, Anápolis, GO, v. 12, n. 2, p. 130-145, dez. 2019.

OLIVEIRA, Viviany Amorim Silva. **A importância da Libras na educação de surdos nos anos iniciais das escolas municipais de Ji-Paraná/RO**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná, Ji-Paraná, 2022.

PAIVA, Thamiris Stephane Zangeski Novais; SILVA, Juliana Saragiotto. **A participação feminina nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da educação profissional e tecnológica**. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 29, p. 993-1006, 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas**. In: *Temas em Educação Especial IV*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 1-15.

RAMOS, Marise Nogueira. **Currículo integrado**. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, n. 1, p. 77-81, mar./jun. 2009.

REIS, André; GUIMARÃES, Mara Cecília da. **A deficiência da comunicação do trade turístico no uso da Libras**. Editora Arara azul Ltda Centro Virtual de Cultura Surda. Revista Virtual de Cultura Surda Edição nº 11 junho de 2013.

RIBEIRO, Daniela Prometi. **Glossário bilíngue da língua de sinais brasileira: criação de sinais dos termos da música**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-Libras) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROSA, Andréa da Silva. **Tradutor ou professor?** Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de Libras. Revista Ponto de Vista, n. 8, p. 75-95, 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Katia Andrade. **O turismo e a Libras: um estudo sobre a inclusão da língua brasileira de sinais**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão de Turismo) - Fatec São Roque, São Roque, 2019.

SARAIVA, Ana Lúcia Olegário; ANJOS, Francisco Antonio dois. **Competências do guia de turismo: um estudo sobre os cursos de formação técnica no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, pág. 36-54, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Alini Ribeiro Nogueira; SILVA, Cristiana Barcelos. **Língua Brasileira de Sinais para ouvintes na educação profissional e tecnológica: uma experiência de inclusão comunicativa**. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). Ensino e Educação: contextos e vivências. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 14-2. v. 2.

SOARES, Maria Helena Alemany; PEREIRA, Janaí de Abreu; PATERNO, Uéslei; VINAS, Abenamar Cristian Elcaras. **A inclusão do surdo nos espaços culturais turísticos de Florianópolis**. Revista Virtual de Cultura Surda, Petrópolis, n. 11, p. 1-17, jun. 2013.

STROBEL, Karin. **Surdos: vestígios não registrados na história**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIEIRA, Thiago. **Um grito de silêncio**: um breve passeio pela história do surdo. Pedagogia Modular, 2018. Disponível em: <https://pedagogiamodular.wordpress.com>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ZILLOTTO, Gisela Sotto; GISI, Maria Lourdes. **As políticas educacionais e a educação de surdos**. In: EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2017. p. 7662-7676.